

com o recurso que se pretenda interpor da decisão corrigenda, não contendo qualquer tomada de posição sobre a possibilidade do recorrente, após deferimento daquele pedido, alargar ou restringir o âmbito do recurso, em conformidade com a alteração operada, sendo certo que está ao alcance do intérprete a aplicação subsidiária das atuais regras do Código de Processo Civil nesta matéria, nos termos do artigo 4.º, do Código de Processo Penal.

Como o acórdão recorrido bem explica, relativamente às diferentes modalidades de correção, essa exigência, embora imponha um especial ónus de alegação, a dificuldade do seu cumprimento é proporcional ao objetivo constitucional perseguido de assegurar uma maior celeridade processual, não afetando a garantia de um efetivo direito ao recurso.

Assim, concordando-se com os fundamentos expostos no Acórdão n.º 403/2013 e com o consequente juízo de não inconstitucionalidade, devem os recursos interpostos ser julgados improcedentes.

Decisão

Nestes termos, decide-se:

a) Não conhecer do recurso interposto por Humberto Carlos Baquero Moreno, Jorge Manuel Fernandes Reis Lima e Albérico Bernardino Mendonça Tavares, quanto à parte do Acórdão n.º 403/2013, da 2.ª Secção, deste Tribunal, que parcialmente não conheceu do recurso de constitucionalidade.

b) Julgar improcedentes os recursos interpostos pelo Ministério Público e por Humberto Carlos Baquero Moreno, Jorge Manuel Fernandes Reis Lima e Albérico Bernardino Mendonça Tavares quanto ao julgamento de não inconstitucionalidade constante do mesmo Acórdão.

c) Confirmar o acórdão recorrido.

Custas do recurso interposto pelos arguidos Humberto Carlos Baquero Moreno, Jorge Manuel Fernandes Reis Lima e Albérico Bernardino Mendonça Tavares, por estes, fixando-se a taxa de justiça em 25 unidades de conta, ponderados os critérios referidos no artigo 9.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 303/98, de 7 de outubro.

Lisboa, 18 de março de 2014. — *João Cura Mariano — Maria José Rangel de Mesquita — Pedro Machete — Ana Guerra Martins — Fernando Vaz Ventura — Maria Lúcia Amaral — José da Cunha Barbosa* (revendo a leitura da norma efectuada no acórdão 293/12) — *Carlos Fernandes Cadilha — Maria de Fátima Mata-Mouros — Lino Rodrigues Ribeiro — Catarina Sarmiento e Castro* (revendo a leitura da norma efectuada no Acórdão n.º 293/2012, que subscrevi) — *Joaquim de Sousa Ribeiro* (reiterando a declaração aposta no Acórdão n.º 403/2013).

Tem voto de conformidade da Conselheira Maria João Antunes que não assina por entretanto ter cessado funções neste tribunal.

207764712



PARTE E

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extrato) n.º 257/2014

Por despacho do Reitor da Universidade do Algarve de 28 de janeiro de 2014 foi autorizado o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo com o Mestre Fernando António dos Santos Gregório, na categoria de professor adjunto convidado, em regime de acumulação a 50 %, para a Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, no período de 15 de fevereiro de 2014 a 14 de fevereiro de 2015, auferindo o vencimento correspondente ao escalão 1, índice 185 da tabela remuneratória dos docentes do ensino superior politécnico.

15 de abril de 2014. — A Diretora dos Serviços de Recursos Humanos, *Silvia Cabrita*.

207767637

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 5630/2014

Alteração de Ciclo de Estudos

Licenciatura em Planeamento e Gestão do Território

Sob proposta da Presidente do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, da Universidade de Lisboa, nos termos das disposições legais em vigor, nomeadamente o artigo 76.º do Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior (RJGDES), publicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março (entretanto alterado pelos Decretos-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, e n.º 230/2009, de 14 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto), e a deliberação n.º 2392/2013, de 26 de dezembro, da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), foi aprovada pelo Despacho Reitoral n.º 36/2014, de 4 de março, de acordo com os Estatutos da Universidade de Lisboa, publicados pelo Despacho Normativo n.º 5-A/2013, de 19 de abril, a alteração da Licenciatura em Planeamento e Gestão do Território.

Este ciclo de estudos foi criado pelo Despacho Reitoral n.º R-99-2009 (11), de 28 de dezembro, registado pela Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) com o n.º R/A-Cr 11/2010, publicado no *Diário da República*, pelo Despacho n.º 3132/2011, 2.ª série, n.º 32, de 15 de fevereiro, e acreditado pela A3ES.

1.º

Estrutura curricular e plano de estudos — Alteração

1 — As alterações consideradas necessárias ao adequado funcionamento do ciclo de estudos incidem na alteração da tipologia das horas de contacto das Unidades Curriculares (UCs) de Metodologia de Análise de Dados, Cartografia Temática e Análise Multivariada da Informação Geográfica.

2 — Considerando as alterações descritas no ponto 1., a estrutura curricular e o plano de estudos do ciclo de estudos (CE) são os que constam do anexo ao presente despacho.

2.º

Entrada em vigor

Esta alteração foi registada pela Direção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/A-Cr 11/2010/AL01, a 8 de abril e entra em vigor a partir do ano letivo de 2014/2015.

11 de abril de 2014. — O Reitor, *António Cruz Serra*.

ANEXO

Estrutura Curricular

- 1 — Universidade de Lisboa
- 2 — Faculdade/Instituto: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
- 3 — Ciclo de Estudos: Planeamento e Gestão do Território
- 4 — Grau ou diploma: Licenciado
- 5 — Área científica predominante do ciclo de estudos: Desenvolvimento e Ordenamento do Território
- 6 — Número de créditos necessário à obtenção do grau: 180
- 7 — Duração normal do ciclo de estudos: 3 anos, 6 semestres
- 8 — Ramos, variantes, áreas de especialização ou especialidades em que o ciclo de estudos se estrutura.

9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para obtenção do grau ou diploma:

QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Desenvolvimento e Ordenamento do Território	DOT	78	—
Geografia Física	GF	30	—
Geografia Humana	GH	24	—
Métodos e Técnicas em Geografia	MTG	30	—

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Opção (Desenvolvimento e Ordenamento do Território ou Geografia Física ou Geografia Humana ou Métodos e Técnicas em Geografia)	DOT/GF/GH/MTG	—	18
<i>Total</i>		162	18

10 — Observações:
Plano de Estudos:

Universidade de Lisboa

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

Planeamento e Gestão do Território

Licenciatura

Desenvolvimento e Ordenamento do Território

1.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Introdução à Geografia Física	GF	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Introdução à Geografia Humana	GH	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Introdução ao Planeamento Territorial	DOT	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Metodologias de Análise de Dados	MTG	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Cartografia Temática	MTG	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
<i>Total</i>			840		30	

2.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Geomorfologia Dinâmica e Aplicada	GF	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-20; TC-8)	6	Obrigatória.
Clima e Sociedade	GF	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Geografia Urbana	GH	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-20; TC-8)	6	Obrigatória.
Geografia Económica	GH	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Análise Multivariada da Informação Geográfica	MTG	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
<i>Total</i>			840		30	

3.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Análise e Gestão de Recursos Hídricos	GF	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-20; TC-8)	6	Obrigatória.
Políticas de Cidades	DOT	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Sistemas de Informação Geográfica	MTG	Semestral	168	56 (TP-49; OT-7)	6	Obrigatória.
Geografia Física de Portugal	GF	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-20; TC-8)	6	Obrigatória.
Geografia Humana de Portugal	GH	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-20; TC-8)	6	Obrigatória.
<i>Total</i>			840		30	

4.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
SIG e Detecção Remota	MTG	Semestral	168	56 (TP-49; OT-7)	6	Obrigatória.
Direito do Ordenamento do Território e Urbanismo	DOT	Semestral	168	56 (TP-49; OT-7)	6	Obrigatória.
Teorias e Políticas de Desenvolvimento Regional . .	GF ou GH	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Sistemas e Instrumentos de Planeamento	GF ou GH	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Opção	GH/GF/MTG/DOT	Semestral	168	56 (TP-49; OT-7)	6	Optativa*.
<i>Total</i>			840		30	

*A definir anualmente pelo órgão competente.

5.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Ambiente e Biodiversidade	DOT	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Riscos e Vulnerabilidades do Território	DOT	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Análise Regional e Urbana	DOT	Semestral	168	56 (T-21; OT-7; P-28)	6	Obrigatória.
Workshop de Gestão Territorial	DOT	Semestral	168	56 (TP-49; OT-7)	6	Obrigatória.
Opção	GF/GH/MTG/DOT	Semestral	168	56 (TP-49; OT-7)	6	Optativa*.
<i>Total</i>			840		30	

* A definir anualmente pelo órgão competente.

6.º semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Seminário/ Projeto	DOT	Semestral	672	68 (S-48; OT-20)	24	Obrigatória.
Opção	GF/GH/MTG/DOT	Semestral	168	56 (TP-49; OT-7)	6	Optativa.
<i>Total</i>			840		30	

*A definir anualmente pelo órgão competente.

207766073

Despacho n.º 5631/2014

**Integração da unidade especializada
Instituto de Orientação Profissional na Faculdade de Psicologia
da Universidade de Lisboa**

Considerando a deliberação do Conselho Geral da Universidade de Lisboa, tomada em 24 de janeiro de 2014, de integrar o Instituto de Orientação Profissional (IOP) na Faculdade de Psicologia desta Universidade;

Considerando que, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos da Universidade, compete ao Reitor assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pelo Conselho Geral;

É transferido o património, as contas, os saldos contabilísticos e os recursos humanos para a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, nos seguintes termos:

1 — Transferência de recursos humanos:

Os recursos humanos afetos ao IOP, à data da deliberação do Conselho Geral relativa à sua integração na Faculdade de Psicologia, são os seguintes:

Ana Isabel Marques Braz — Técnico Superior
Etelvina Santos Cristóvão Moraes — Técnico Superior
Maria da Conceição Guilherme Soares — Técnico Superior

Maryline de Almeida — Técnico Superior
Paula Cristina Pires dos Santos Candeias — Técnico Superior
Sandra Isabel Dias Fraga — Técnico Superior
Paula da Costa Gonçalves Caruço — Técnico Superior
Maria José de Brito Abreu — Assistente Técnico

A Dr.ª Paula da Costa Gonçalves Caruço passou para o mapa de pessoal da Faculdade de Psicologia no passado dia 1 de março, que passou deste modo a suportar os respetivos encargos salariais.

A Dr.ª Ana Isabel Braz Marques será afetada à Faculdade de Psicologia, que passa a partir desta data a ser trabalhadora daquela Faculdade, constando do respetivo mapa de pessoal.

Os encargos com estes trabalhadores são suportados pela Reitoria até ao final do ano de 2014.

Estes encargos são suportados pela Faculdade de Psicologia, a partir de 1 janeiro de 2015, salvo acordo entre a Reitoria e a Faculdade de Psicologia em sentido diverso até ao final do mês de julho de 2014.

Os restantes trabalhadores mantêm-se no mapa de pessoal da Reitoria.

2 — Transferência de saldo

O saldo orçamental apurado do IOP a 31 de março de 2014, no valor de 347.948 €, será utilizado na realização da obra de ampliação das instalações da Faculdade de Psicologia e do Instituto de Educação com procedimento pré-contratual em curso, a cargo da Reitoria, conforme previsto.